

Relatório da Administração

DESTAQUES DO ÚLTIMO TRIMESTRE E DO ANO DE 2014: Encerramos o ano de 2014 de forma bastante positiva, atingindo os objetivos que nos propomos no final de 2013. Subimos mais um degrau em nossa capacidade de gestão, de geração de rentabilidade e caixa nesse ano, tornando ainda mais sólida nossa posição como plataforma de operação de marcas. Cumpre ressaltar que este desempenho acontece em um cenário econômico desafiador, com menor consumo e ainda com impactos de eventos como a copa do mundo e as eleições. Os resultados obtidos durante o ano de 2014, e de forma mais destacada em nosso varejo, reforçam a consistência das melhorias que conseguimos implementar, desde 2013. Os projetos de desenvolvimento na companhia, vieram aumentar nossa eficiência na operação e na atividade comercial. Capturamos sinergias comerciais com o fortalecimento dos nossos canais de vendas. Hoje atuamos com estrutura muito bem preparada e com expertise nos cinco principais canais de distribuição da companhia: lojas próprias, franquias, atacado multimarcas, outlets e e-commerce. Vimos conseguindo oportunizar esses canais em todas as nossas marcas, buscando crescimento de acordo com o estágio de desenvolvimento e maturidade de cada marca. Expandimos linhas de produtos e intensificamos os investimentos em melhorias das nossas lojas. O sólido crescimento do "Same Store Sales (SSS)" tanto neste trimestre (com 6,2% de aumento se comparado com o 4T13) quanto no acumulado do ano (que apresenta um crescimento de 10,4% contra o mesmo período do ano anterior) são resultados desse trabalho organizado e atuação enquanto plataforma. Marcas com operações relevantes no varejo, como a Richards e Salinas, apresentaram resultados significativos neste canal, com crescimentos de SSS de 16,4% e 22,5% respectivamente no acumulado do ano. O melhor planejamento de sortimento, do funcionamento da cadeia de suprimento e a melhor performance comercial em nossa rede, são exemplos de atividades que foram aprimoradas nesse período e contribuíram para os resultados de aumento se comparado com o 4T13) quanto no acumulado do ano (que apresenta um crescimento de 10,4% no 4T13 para RS 205,3 milhões neste trimestre). Já o canal de atacado (multimarcas e franquias), que tem relevância no resultado da Inbrands, apresentou uma queda de 5,5% em relação ao ano anterior. Esta receita menor se deve a um ajuste em nossa base de franquias contra o ano anterior (saímos 186 em 2013 para 175 em 2014), sendo que parte destas franquias foram estrategicamente transformadas em lojas próprias. Adicionalmente, observamos ao longo do ano alguma redução de compras por parte dos lojistas multimarcas, aguardando uma melhor sinalização de consumo de vestuário no Brasil. Nossa receita bruta total em 2014 foi de R\$ 1.163 milhões com crescimento de 2,1% em relação ao ano anterior. O ano de 2014 foi marcado por uma acertada melhoria do EBITDA Ajustado contra o ano anterior. Atingimos R\$194,1 milhões (com uma Margem EBITDA de 21%), se caracterizando como o melhor indicador de rentabilidade histórica da companhia. De forma ampla, após seu 1º ciclo de aquisições, concluído no 1º semestre de 2012, a Inbrands vem evoluindo consistentemente em seu desempenho econômico-financeiro, com geração de caixa e lucro. Geramos no ano de 2014 R\$102,4 milhões de caixa operacional, com melhorias em nosso capital de giro, com relação a dias de estoque e prazo com fornecedores. Nosso lucro líquido acumulado no ano foi de R\$33,9 milhões, mantendo um bom nível de lucratividade e permitindo a distribuição de dividendos. O nível de endividamento se mostrou em patamares abaixo do ano passado e dentro dos nossos objetivos de estrutura de capital, quando medido em relação a nosso EBITDA dos últimos 12 meses. Reduzimos o nível de alavancagem de 26,6 X dívida líquida/Ebitda em 2013 para 2,1 X em 2014. Embora os resultados de nossa operação da marca Tommy Hilfifer, joint venture com a marca americana, apareçam em nossos resultados via equivalência patrimonial, cabe salientar nossa satisfação com o desempenho da operação no Brasil. Atingimos em 2014, o crescimento de receita bruta de 130% em relação ao ano anterior, com um faturamento de R\$100 milhões contra R\$ 43,6 em 2013. Terminamos o ano com 23 lojas na rede entre próprias e franqueadas. Para 2015, com o excelente recall da marca e um forte trabalho de expansão do "footprint", a Tommy Hilfifer do Brasil terá crescimento expressivo, se configurando em futuro próximo, uma de nossas principais marcas. Essa sociedade confirma a capacidade e vocação da nossa plataforma de operação de marcas em ser uma escolha diferenciada para atividade no Brasil de marcas internacionais.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Rede de Distribuição	Lojas Próprias			Franquias			Clientes Multimarcas		
	2014	2013	Var. (%)	2014	2013	Var. (%)	2014	2013	Var. (%)
Ellus e Ellus Second Floor	50	54	-7,4%	27	28	-3,6%	1.971	2.062	-4,4%
Richards e Salaria Richards	50	50	0,0%	34	35	-2,9%	501	503	-0,4%
VR e VR Kids	25	22	13,6%	30	28	7,1%	770	730	5,5%
Salinas	13	17	-23,5%	26	27	-3,7%	281	241	16,6%
Alexandre Herchcovitch	1	2	-50,0%	-	-	0,0%	36	29	24,1%
Bobstore	15	13	15,4%	43	54	-20,4%	477	462	3,2%
Mandi	5	9	-44,4%	-	-	100,0%	338	370	-8,6%
Tommy	8	6	33,3%	15	9	66,7%	780	760	2,6%
Brands House (*)	6	3	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Total Geral	173	176	-1,7%	175	186	-5,9%	5.154	5.157	-0,1%

(*) Trata-se de lojas outlet com todas as marcas da Inbrands
 (*) Trimestre de março 2014, a companhia alçou de forma relevante na otimização de nossa rede de lojas próprias, com o encerramento de algumas lojas de baixa performance e abriu novas lojas em locais de melhor posicionamento e atividade comercial. Ao mesmo tempo, assumimos algumas lojas de franqueados em regiões onde acreditamos que com nossa própria nos daria melhor performance comercial na localidade. Entre aberturas e fechamentos, terminamos com um líquido de redução de 3 lojas, mas que produziram crescimento no total da receita do varejo de 11% em 2014. Nos franqueados tivemos uma redução de 11 lojas na rede, parte por transformarmos em lojas próprias e parte pelo desempenho do parceiro, onde substituímos pela atuação com clientes multimarcas. Estamos com nossa rede de lojas e franqueados mais preparados para uma atuação em 2015, enfrentando o cenário macro-econômico brasileiro.

RECEITA BRUTA

Reculta Bruta	4T14	4T13	Var. (%)	2014	2013	Var. (%)
Reculta Bruta Total	332.045	338.598	-1,9%	1.167.965	1.143.809	2,1%
Por Marca						
Ellus e Ellus Second Floor	90.336	94.791	-4,7%	363.112	363.086	0,0%
Richards, Salaria Richards	126.498	115.753	9,3%	369.054	326.799	12,9%
VR e VR Kids	43.612	37.960	14,9%	167.367	158.451	5,6%
Bobstore	26.580	23.683	12,2%	118.119	120.004	-1,6%
Mandi	5.887	8.529	-31,0%	23.393	41.843	-44,1%
Salinas	27.458	26.009	5,6%	61.035	56.998	7,1%
Alexandre Herchcovitch	1.259	2.834	-55,6%	5.185	8.141	-36,3%
Total marcas	321.628	309.558	3,9%	1.107.264	1.075.324	3,0%
Luminosidade	9.413	14.954	-37,1%	26.864	30.182	-11,0%
Outras receitas	1.004	14.085	-92,9%	33.836	38.303	-11,7%
Total outras unidades de negócio	10.417	29.040	-64,1%	60.701	68.485	-11,4%
Por Canal						
Franquias	35.201	34.177	3,0%	141.224	167.287	-15,6%
Multimarcas	73.230	74.140	-1,2%	350.769	353.356	-0,7%
Lojas Próprias	205.273	193.218	6,2%	588.459	530.509	10,3%
E-commerce	7.924	5.931	33,6%	26.812	22.079	21,4%
Conteúdo de Moda	9.413	14.954	-37,1%	26.864	30.182	-11,0%
Outros	1.004	16.177	-93,8%	33.836	40.395	-16,2%
Same Store Sales				4T14	2014	
Ellus e Ellus Second Floor				-0,3%	3,2%	
Richards, Salaria Richards				8,8%	16,4%	
VR e VR Kids				2,4%	1,9%	
Bobstore				3,4%	4,6%	
Mandi				-16,6%	-22,2%	
Salinas				20,2%	22,5%	
Alexandre Herchcovitch				23,5%	23,6%	
Total				6,2%	10,4%	

EVOLUÇÃO POR MARCA: Ellus e Ellus 2nd Floor: A receita bruta das marcas Ellus e Ellus 2nd Floor reduziu 4,7% no 4T14 quando comparado ao 4T13, em consequência do desempenho do canal atacado da marca. As incertezas no cenário macroeconômico e no desempenho do varejo de moda no Brasil e em sell out menor em nossos parceiros lojistas, levaram a uma postura mais conservadora na compra realizada por clientes, principalmente do segundo semestre de 2014. Vale ressaltar que as melhorias nos nossos processos de distribuição levaram a um faturamento mais adequado a necessidade dos clientes quando comparado com 2013. No varejo, a marca apresentou um patamar de SSS em linha no 4T14, enquanto que no ano, obteve um crescimento SSS de 3,2%, resultado da melhora no processo de recebimento de mercadorias e distribuição nas lojas próprias, bem como do desempenho dos produtos. O mesmo desempenho positivo se repete no e-commerce da marca, canal que apresenta uma grande

oportunidade de crescimento de vendas. **Richards e Salaria Richards:** As marcas apresentaram crescimentos em receita bruta de 9,3% no 4T14 e de 12,9% em 2014, quando comparados com os mesmos períodos do ano anterior, principalmente em consequência da performance do varejo, canal de maior participação nas suas vendas. Essa performance, mostrada ao logo de todo o ano de 2014, foi devido a melhora na eficiência de vendas nesse canal com avanços importantes no processo de planejamento de compra de produtos, o que afetou fortemente as vendas das coleções a partir da primavera/verão 2013, deixando as lojas com adequado sortimento de produtos e nível de estoques no decorrer das estações. Além disso, a evolução da qualidade dos nossos produtos, extensão de linhas, melhorias em nossa loja, no marketing, as ações comerciais aliadas aos ajustes em processos, contribuíram para um crescimento SSS de 8,8% no período (sobre uma base de lojas com bom desempenho em 4T13 comparado com 4T12) e 16,4% no acumulado do ano. Chegamos a um patamar de desempenho muito expressivo nessa marca, com uma sincronização de atividades muito bem executadas. Nossa equipe está pronta para um ano de 2015 de mais investimento e crescimento, como expansão de nossa rede de lojas e atacado. **VR e VR Kids:** A receita bruta das marcas VR e VR Kids apresentou um crescimento de 14,9% no 4T14 e 5,6% no ano. No varejo, a marca apresentou um crescimento de 9,6% no último trimestre de 2014, devido a abertura e melhoria da performance de vendas para clientes franqueados no segundo semestre de 2014. Vimos atuando forte no planejamento, no branding e na padronização da rede de lojas no novo conceito, que nos permitirá atuar ainda melhor em 2015. **Bobstore:** No 4T14 houve um aumento na receita bruta de 12,2% versus o 4T13, e uma queda de 1,6% no ano de 2014 se comparado com o mesmo período do ano anterior. Essa queda é concentrada no canal atacado, devido principalmente ao encerramento de franquias/transformação em lojas próprias, e uma redução na venda para franquias existentes, dado o cenário de incerteza de mercado no segundo semestre. No varejo, a marca apresentou um crescimento de 14,3% no trimestre e 16,9% no acumulado do ano. Esse desempenho foi consequência da melhoria no processo de planejamento da coleção, de produção na fábrica, da melhora nos processos de distribuição, além da consolidação da linha de roupa da marca. No atacado, a marca apresentou uma pequena queda de 2,9% no ano, pelo desempenho no canal de franquias. As vendas para multimarcas, canal de grande oportunidade para a marca, cresceram 8,0% no acumulado do ano. **Mandi:** A redução de 31,0% no faturamento do 4T14 e de 44,1% no faturamento de 2014 quando comparado com os mesmos períodos do ano anterior foi resultado do encerramento de nossas lojas franqueadas e do fechamento do varejo, com o fechamento de 4 lojas. Começamos o ano de 2015 com um importante projeto de restauração da marca, a exemplo do que fizemos em outras marcas, com melhorias significativas a estrutura comercial, de produto e marketing, com resultados esperados para as próximas coleções. No varejo, iniciamos a comercialização da G-Star Raw, consolidada marca europeia de "jeanswear". Esta marca ainda está em período de consolidação e maturação no Brasil e é uma das iniciativas de jovens para o futuro, completando o portfólio de produtos da Mandi. Nesse período de transição, a marca apresentou uma queda SSS de 22,2% em 2014. **Tommy Hilfifer:** No acumulado do ano de 2014, a marca apresentou um crescimento de receita 130% em relação ao mesmo período do ano anterior, consequência da nossa expansão em tamanho. **EVOLUÇÃO POR CANAL: Varejo (Lojas Próprias):** O varejo apresentou um expressivo crescimento de receita bruta de 10,9% em 2014 (vs. 2013) e de 6,2% no 4T14 (vs. 4T13). Este desempenho aconteceu em um cenário econômico desafiador, com menor consumo e ainda com impactos de eventos como a copa do mundo e as eleições. O SSS cresce 10,4% no acumulado do ano de 2014, acima da média de mercado, foi resultado dos efeitos de melhoria na operação, no sortimento e no nível de estoques nas nossas lojas. Nossa rede de lojas passou um ano de adequação e eficiência, que resultou no fechamento de algumas de baixa performance, abertura de novas em pontos de melhor posicionamento, bem como realizamos reforma e melhorias em número significativo, padronização e as preparando para uma atuação superior em 2015. **Atacado (Franquias e Multimarcas):** A queda de 5,5% na receita desse canal no acumulado de 2014 se deu principalmente a diminuição da base de franquias (por incorporação na base de lojas próprias, ou por substituição por multimarcas, quando necessário). O canal multimarcas ainda apresenta grandes oportunidades de crescimento em algumas marcas (por exemplo: Richards, Bobstore, Salinas). Para tal, foram mapeados os principais municípios com oportunidades por marca, visando à expansão via entrada de novos parceiros comerciais e melhoria de gestão. Essa estratégia de expansão de lojas, com foco em áreas geográficas, vem gerando bons resultados na empresa neste canal. No entanto, o lojista em 2014 esteve com a demanda mais restrita por preocupação com o cenário de consumo. **E-commerce:** Os crescimentos de 21,4% no acumulado de 2014 e 33,6% no 4T14 mostram uma boa evolução desse canal em 2014. Trabalhamos forte em todo o ciclo de operação do canal, desde o plano de sortimento, a melhora de exposição, as ações de marketing, entre outras. O canal é tratado na Inbrands como uma unidade de negócios inteiramente dedicada, para garantir foco e alto grau de **LUCRO BRUTO**

Lucro Bruto e Margem Bruta	4T14	4T13	Var. (%)	2014	2013	Var. (%)
Lucro Bruto	165.548	164.805	0,5%	567.159	562.380	0,8%
Margem Bruta	64,5%	63,3%	1,2 p.p.	61,1%	62,1%	-1,0 p.p.

O lucro bruto cresceu 0,5% no 4T14 quando comparado ao 4T13, totalizando R\$ 165,5 milhões (64,5% da receita líquida), o que representa um crescimento de 1,2 p.p. quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado do ano, o lucro foi de R\$ 567,2 milhões (61,1% da receita líquida), apresentando um crescimento absoluto de 0,8%, porém uma queda na margem bruta de 1,0 p.p. Esta queda decorreu da redução de custos de operação de importação de produtos da Tommy Hilfifer, realizadas desde 2013, que ganharam importância no total do volume da Inbrands. Estes produtos foram importados diretamente pela In Brands S.A. e revendidos para Tommy do Brasil, com apuração de margens mais baixas na Inbrands S.A. No 3º trimestre, deixamos de realizar esta operação de importação de produtos pela Inbrands e passamos a fazer pela Tommy Hilfifer do Brasil. A Inbrands possui uma receita de atacado significativa e divide parte da margem final dos produtos com seus parceiros lojistas que arcam com o custo da operação comercial e capital de giro dessa parcela da venda. Nossa precificação tem se mantido competitiva e maximizando o margem, inclusive no período de liquidação e nas lojas outlet que apresentam margem bruta média superior a 45%. **DESPESAS DE VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas	4T14	4T13	Var. (%)	2014	2013	Var. (%)
Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas	(103.458)	(117.595)	-12,0%	(404.182)	(450.621)	-10,3%
% da Receita Líquida	-40,3%	-45,2%	-4,9 p.p.	-43,5%	-49,7%	-6,2 p.p.
Despesas de Vendas	(85.700)	(95.332)	-10,1%	(312.685)	(346.940)	-9,9%
% da Receita Líquida	-33,4%	-36,3%	-3,2 p.p.	-33,7%	-38,3%	-4,6 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(17.758)	(22.263)	-20,2%	(91.497)	(103.681)	-11,8%
% da Receita Líquida	-6,9%	-8,6%	-1,6 p.p.	-9,9%	-11,4%	-1,6 p.p.

Nossas despesas de vendas, gerais e administrativas caíram 12,0% no 4T14 contra o 4T13. Em percentual da receita líquida apresentamos uma queda de 4,9 p.p. Já no acumulado do ano estas despesas caíram 10,3%, mesmo com a nossa receita líquida crescendo 2,5% no período. A melhor operacional observada nestas despesas foi decorrente, principalmente, dos nossos projetos de otimização do "back office" e de eficiência operacional e comercial, que inclui substituição de lojas próprias de desempenho por lojas melhores ao longo de 2014. Parte da redução observada acima, mais precisamente no que tange a despesas de vendas, foi decorrente da nossa decisão de adotar práticas contábeis do CPC 04 que regula as possíveis capitalizações (e futuras amortizações) dos gastos com desenvolvimento de coleções. Decidimos por esta medida, tendo em vista uma melhor visibilidade para o investidor com relação à análise de nossos resultados e adequada apuração do Ebitda da companhia em cada período e comparação com empresas do mercado de vestuário. Para todo o detalhamento desta mudança de prática vide demonstração completa e extensiva no ITR divulgado no mês de maio anterior, com o encerramento do nosso varejo no canal varejo com o fechamento de novas lojas.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Reconciliação EBITDA	4T14	4T13	Var. (%)	2014	2013	Var. (%)
Lucro Líquido	25.211	25.785	-2,2%	33.916	36.925	-8,1%
(-) IR e CSLL	14.069	1.000	1306,9%	1.963	(1.065)	284,3%
(-) Receita Financeira Líquida	27.514	20.630	33,4%	100.524	73.324	37,1%
(-) Depreciações e Amortizações	11.183	4.828	131,6%	41.365	18.107	128,4%
(=) EBITDA	77.977	52.243	49,3%	177.768	127.291	39,7%
Margem EBITDA	30,4%	20,1%	10,3 p.p.	19,1%	14,1%	5,1 p.p.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, 2013 E 01 DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de reais)														
ATIVO	Notas	Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado			
		31/12/2014	31/12/2013	01/01/13	31/12/2014	31/12/2013	01/01/13	31/12/2014	31/12/2013	01/01/13	31/12/2014	31/12/2013	01/01/13	
CIRCULANTE														
Caixa e equivalentes de caixa	6	91.101	41.170	59.783	92.112	42.666	59.714							
Contas a receber	7	146.960	120.827	164.163	149.321	123.010	167.580							
Estoques	8	194.716	189.368	126.364	214.643	212.615	139.285							
Provisão a recuperar	9	26.962	29.955	24.788	38.420	37.055	28.841							
Dividendos a receber	50	13	13	60	13	13	60							
Outros ativos		13.262	15.452	16.859	15.774	18.673	18.086							
Total do ativo circulante		473.051	396.785	391.970	510.320	434.032	413.519							
NÃO CIRCULANTE														
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	-	183	-	-							
Depósitos judiciais	25	4.254	3.215	2.449	4.331	3.287	2.484							
Impostos a recuperar	9	4.831	5.854	-	4.831	5.854	-							
Partes relacionadas	11.a)	67.204	49.061	47.506	58.154	39.485	29.456							
Investimentos	12	55.030	57.015	15.791	24.875	24.936	1.345							
Imobilização	13	109.926	98.895	98.228	110.778	100.008	100.410							
Intangível	14	502.794	484.568	481.501	502.866	484.687	481.665							
Total do ativo não circulante		744.039	698.608	645.475	706.228	658.257	615.360							
TOTAL DO ATIVO		1.217.090	1.095.393	1.037.445	1.216.348	1.092.289	1.028.879							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Inbrands S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sem, no entanto, transacionar suas ações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia possui sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Coronel Luís Barros, 151, tendo como principais acionistas o Fundo de Investimento em Participações Amara (FIP AMARAZO), administrado pela Bem DTVM LTDA, e gerido pela Vinal Gestões Financeiras Ltda., o Fundo de Investimento em Participações - PCP (PCP), administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A., DTVM, e gerido pela Vinal Capital Gestora de Recursos Ltda. ("Vinal Partners") e o Fundo de Investimento em Participações - Travesia (FIP Travesia), administrado pela Bem DTVM LTDA, e gerido pela Vinal Partners. A Companhia tem como objetivo principal o comércio varejista e atacadista de artigos de vestuário e acessórios, podendo ainda participar, como sócia ou acionista em outras Companhias, Demonstrações e controlada em conjunto descritas na nota explicativa 2.4.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de elaboração: a) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base nas normas internacionais de relatório financeiro "IFRS" emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("CPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); b) Demonstrações financeiras individuais da Controladora: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM. Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas divergiram do IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A partir da emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em 23 de dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referentes aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em decorrência da citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da Controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.3. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras: Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2015, foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações financeiras da Companhia, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2014 até a data da autorização para divulgação destas demonstrações financeiras. As informações não financeiras incluídas nessas demonstrações financeiras como: número de lojas, colaboradores, projeções, dentre outras, não foram auditadas. 2.4. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e controlada em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são ajustadas, quando aplicável para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. As empresas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas são representadas pela Companhia e por suas controladas e controlada em conjunto, com as seguintes participações societárias:

	Participação societária - %					
	31/12/14		31/12/13		01/01/13	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Lumininds Indústria Luminescente	100	75	100	75	100	75
Lum5	-	73	-	73	-	73
Tommy Hilfiger (*)	50	-	50	-	50	-
Inbrands Investimentos	100	100	100	100	100	100

(*) Controlada em conjunto é classificada como "joint venture" sendo reconhecida pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o pronunciamento técnico CPC 19 (R2)/IFRS 11. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem os seguintes procedimentos: • Eliminação dos direitos e das obrigações, das receitas, dos custos e das despesas decorrentes de negócios realizados entre as empresas incluídas na consolidação. • Eliminação do investimento na Controladora contra o patrimônio líquido das controladas. • Identificação da participação de não controladores no resultado das controladas consolidadas e no balanço patrimonial consolidado dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da Controladora. 2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, representando o principal ambiente econômico no qual as empresas atuam. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.6. Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período de relatório. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultante da liquidação dessas transações de de conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. 2.7. Segregação entre circulante e não circulante: Com exceção dos impostos diferidos, a Companhia efetua a segregação de itens patrimoniais em circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data das demonstrações financeiras. 2.8. Demonstração do resultado abrangente: Não houve transações no patrimônio líquido, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente. 2.9. Demonstração do valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais, e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. 2.10. Sazonalidade das transações da Companhia: Considerando o setor que a Inbrands e empresas controladas estão inserido, a natureza de suas transações é altamente impactada pela sazonalidade. Esta sazonalidade consiste em variações dos períodos de faturamento, sendo que os maiores faturamentos ocorrem nos meses de maio, agosto, novembro e dezembro, impactados pelo dia das mães, dia dos pais e natal, respectivamente. Os principais saldos afetados são receitas com vendas, contas a receber, impostos sobre vendas, custos, estoques e fornecedores.

3. SÍNCRIO DAS PRINCIPAIS CONTÁBEIS

3.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, DESCRITAS A SEGUIR, FORAM APLICADAS DE FORMA CONSISTENTE PARA TODOS OS EXERCÍCIOS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA E DE SUAS CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO: a) Combinação de negócio e ágio: As aquisições de negócio efetuadas até 2008 foram contabilizadas pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa adquirida, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser anualmente testado pelo seu valor de recuperação, independentemente da existência de indicadores de perda de valor. As aquisições de negócios efetuadas a partir de 2010 são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos assumidos e dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição e das participações reconhecidas pela Companhia, quando incorridas. Na data de aquisição, os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando irrecuperáveis. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações de não controladores na aquisição e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na contrapartida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida contingente em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na empresa adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição, ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle, e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPCC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acessado ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente. Incorporação reversa: Em atendimento às Instruções Consolidadas da CVM nº 319/949, de 16 de março de 2001, no momento em que a Companhia incorporou a sua controladora direta, a Cristaly Participações S.A. ("Cristaly"), o saldo do ágio que estava originalmente registrado na Cristaly foi baixado por meio de provisão na própria Cristaly, e, de acordo com as regras fiscais vigentes, no momento do registro da provisão, não foi dedutível para fins fiscais. b) Investimentos: (i) Controladas: A Companhia avalia os investimentos em controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O lucro não realizado decorrente das operações de compra de produtos com a Inbrands Investimentos é eliminado no cálculo de equivalência patrimonial e no momento de consolidação. Uma controlada é uma empresa sobre a qual a Companhia possui controle, definido como o poder de governar suas políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças nas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. (ii) Negócio em conjunto ("joint venture"): Uma "joint venture" é um acordo comercial através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica conjunta a controle comum, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requirem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Por se tratar de uma "joint venture", a Companhia registra sua participação pelo método de equivalência patrimonial. c) Reconhecimento de receita: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de mercadorias e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias, aos produtos vendidos e aos serviços prestados. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e descontos comerciais. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. As receitas de serviços possuem a seguinte origem: • Consultoria e licenciamento: valores relacionados à consultoria de marcas e ao licenciamento de marca, faturados mensalmente e de acordo com os contratos estabelecidos. • Patrocínio para eventos: que o valor para patrocínio para eventos são determinados contratualmente e reconhecidos ao resultado à medida que os eventos a que se referem é realizado. • Acordo de exclusividade: os valores por acordo de exclusividade são determinados com base no valor de venda de produtos aos franquizados e multimarcas e são reconhecidos de acordo com os termos de cada contrato. • Royalties: os contratos de "royalties" são determinados com base em percentuais fixos estabelecidos em contrato e calculados sobre o respectivo volume vendido mensalmente a cada um dos franquizados. d) Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes: A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de incluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Na Companhia, a provisão para IRPJ foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 101,9% sobre o lucro tributável diretas IR240. A provisão para CSLL foi constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Para as controladas Inbrands Investimentos e Luminescente e para a controlada em conjunto Tommy Hilfiger, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal vigente, sendo utilizado o regime de lucro real tributável do exercício. Impostos diferidos: O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável e sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é reconhecida no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A apresentação dos valores de impostos diferidos são efetuadas pelo valor líquido, a nível de entidade legal, sempre que aplicável. e) Dividendos e juros sobre o capital próprio: A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido. f) Imobilizado: Registrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e, quando aplicável, perda por redução ao valor de recuperação. Esse custo inclui os custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. A depreciação inicia-se quando da abertura da obra e do início de sua utilização. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 13. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado pela diferença entre os valores recebidos na venda, deduzidos dos custos com venda, e o valor contábil do ativo. Ativos mensurados por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada. Benefícios em imóveis de terceiros e instalação são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou pelo prazo do contrato de arrendamento, caso este seja inferior à vida útil. g) Intangível: Os ativos intangíveis com vida útil definida são adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 14. Os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação. As despesas de desenvolvimento de coleções são capitalizadas, como ativo intangível, quando a Companhia define o conceito técnico de sua coleção. As despesas incorridas até a definição do conceito das coleções e as despesas com pesquisas não são capitalizadas e são mantidas como despesas, em contas do resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. h) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo ágio: i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para avaliar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda terá um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de maneira confiável. A evidência objetiva são os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderem valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. ii. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, que não os estoques e o método de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para avaliar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é apurado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no

valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Nesta base, para efeitos destes testes, foi definido um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais ativos: Unidade geradora de caixa: Inbrands S.A.; Determinação dos fluxos de caixa: Volume de receita baseada na maturação das unidades existentes, nos estudos de viabilidade aprovados para as novas unidades (crescimento orgânico com abertura de lojas e aumento da carteira de atacado franquias e multimarcas), incremento nas vendas as Companhia e valores a serem obtidos com os patrocínios público e privados substancialmente para o evento, além da prospecção de novos eventos; Prazo utilizado para fluxo de caixa: cinco anos; Taxa de crescimento fluxo de caixa na Perpetuidade: 6,00% a.a.; Taxa de desconto utilizada (líquido dos impostos): taxa média ponderada do custo de capital da Companhia (11,8% a.a.). Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 6,0%, que corresponde à taxa prevista de inflação. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total do segmento. O teste de recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis de vida útil indefinida, da Companhia e suas controladas, não resultou na necessidade de reconhecimento de provisão para perda. ii) Ativos financeiros: As compras e vendas regulares dos ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias e com as respectivas mensurações subsequentes: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. São considerados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. **Instrumentos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os instrumentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não possui valores classificados nessa categoria. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida dessa categoria são aqueles que se propõem a manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao custo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de provisões para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período. A Companhia não possui valores classificados nessa categoria. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados pelo regime de competência na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, quando realizados ou incorridos. A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Em casos de não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela mesma recebida. j) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como: i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Compreendem os passivos mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. ii) Outros passivos financeiros - Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. k) Instrumentos financeiros derivativos: Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço e são contabilizados como ativos financeiros por meio do resultado quando o valor justo apresentar ganho e como passivos financeiros por meio do resultado quando o valor justo apresentar perda. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo e de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados. l) Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros métodos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como os mesmos são calculados estão descritos na nota explicativa nº 27. m) Estoques: Registrados pelo custo de aquisição ou produção de cada coleção e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior, ou para perdas de itens excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração. n) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo auferidos na data de encerramento de cada período de relatório, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. o) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As contas a receber são registradas e mantidas no balanço e avaliadas pelo valor nominal dos títulos e de cartões representativos desses créditos. As contas a receber de títulos a receber de clientes franquizados e multimarcas são monitoradas individualmente, sendo a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e com respectiva probabilidade de recebimento e as contas a receber de operação com cartões, são apresentadas líquidas das comissões pagas às administradoras de cartões. As contas a receber de clientes são ajustadas a valor presente quando apresentarem vencimentos de longo prazo, ou, no curto prazo, possuírem efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. p) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. q) Remuneração baseada em ações: O plano de remuneração baseada em ações para executivos da Companhia é mensurado pelo valor justo dos instrumentos financeiros emitidos na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 20. r) O valor justo das opções de compra determinadas na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear com despesa ao longo do período de prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. Na data de encerramento de cada período de relatório, a Administração revisa as estimativas, e o impacto em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido ao resultado, refletindo as estimativas revisadas. r) Arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação, em: • Financeiros: os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros e são registrados no imobilizado e submetidos a depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada dos respectivos bens. • Operacionais: os contratos de locação de unidades comerciais da Companhia e de suas controladas são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos no resultado do exercício como despesa operacional. s) Informações por segmento: A gestão dos negócios da Companhia, nos âmbitos financeiro e operacional, em 2013 e 2014, está definida em dois segmentos operacionais: • Comercialização de vestuário - representado por nove marcas (Elui, Fur, Richards, Salinas, Mandi, Alexandre Herchovitch, Bobstore e GS&R), e, embora seja comercializado por meio de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias, lojas multimarcas e "e-commerce"), não é controlado nem gerenciado pela Administração como segmento independente, sendo o resultado da Companhia abrangido, monitorado e avaliado de forma integrada. • "Conteúdo de moda" - relacionado a marcas estratégicas de "conteúdo de moda", cuja operação inclui a realização do "São Paulo Fashion Week" - SPFW, a revista "Mag" e o site "fw.com.br". 3.1. Representação de saldos em função de adoção de novas práticas contábeis relacionadas ao ativo intangível: Visando a uniformização de suas práticas contábeis às adotadas no setor em que a Companhia atua, e em função da natureza dos gastos incorridos no desenvolvimento de suas coleções, durante o trimestre findo em 30 de junho de 2014, a Administração da Companhia, concluiu que a melhor prática contábil a ser adotada, seria a capitalização dos custos relacionados ao desenvolvimento de suas coleções como ativo intangível. Desta forma, passou a classificar aqueles custos que atendem aos requerimentos do CPC 04 (R1) (IAS 38), como "intangível". Assim, a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2014, a Companhia, adotou a seguinte prática contábil, anteriormente não existente em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e anteriores, que passa a ter a seguinte redação: 3.1.1 - Capitalização de despesas com desenvolvimento: As despesas de desenvolvimento de coleções são capitalizadas, como ativo intangível, quando a Companhia define o conceito técnico de sua coleção. As despesas incorridas até a definição do conceito das coleções e as despesas com pesquisas não são capitalizadas e são mantidas como despesas, em contas do resultado. A Companhia efetua a adoção das seguintes práticas contábeis de forma retrospectiva: • Capitalização de despesas com desenvolvimento de Software - Ativo Intangível (Nota explicativa nº14), em conformidade com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 04-R1 (IAS 38). • Capitalização dos custos de empréstimos em consonância com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 20-R1. Adicionalmente, a Companhia reclassificou para o grupo de "intangível", os montantes apresentados anteriormente no ativo não circulante a título de "ágio". Em conexão com a mudança de prática contábil e reclassificações efetuadas, visando atender os requerimentos do CPC 23 (IAS 8) - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, Retificação de Erros, a Companhia aperçurou os impactos tendo em vista a mudança de práticas contábeis e está apresentando os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2013 e o saldo de abertura em 01 de janeiro de 2013. Os impactos no ativo, passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro e 1 de janeiro de 2013 e nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício em 31 de dezembro de 2013, em função da adoção das novas práticas contábeis, foram os seguintes:

Balancos Patrimoniais: Em 31 de dezembro de 2013 e 01 de janeiro de 2013, original e representado:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/13		31/12/13	
	Original	Reapresentado	Original	Reapresentado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	41.170	41.170	42.666	42.666
Contas a receber	120.827	120.827	123.014	123.014
Estoques	189.368	189.368	212.615	212.615
Impostos a recuperar	29.955	29.955	37.055	37.055
Dividendos a receber	13	13	13	13
Outros ativos	15.452	15.452	18.673	18.673
Total do ativo circulante	396.785	396.785	434.032	434.032
Non Circulante				
Realizável a longo prazo:				
Depósitos judiciais	3.215	3.215	3.287	3.287
Impostos a recuperar	5.854	5.854	5.854	5.854
Partes relacionadas	49.061	49.061	39.485	39.485
Investimentos	57.015	57.015	24.396	24.396
Imobilizado	97.112	98.695	98.225	1.783
Intangível	458.607	484.568	458.728	25.961
Total do ativo não circulante	670.864	27.744	698.608	27.744
Total do Ativo	1.067.649	27.744	1.132.640	27.744

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	31/12/13		31/12/13	
	Original	Reapresentado	Original	Reapresentado
Circulante				
Fornecedores	26.096	26.096	29.987	29.987
Empréstimos e financiamentos	238.199	238.199	238.632	238.632
Salários, provisões e contribuições sociais	30.675	30.675	33.543	33.543
Obrigações Tributárias	31.104	31.104	36.074	36.074
Contas a pagar	36.909	36.909	43.354	43.354
Parcelamento de tributos	4.652	4.652	5.779	5.779
Adiantamento de clientes	5.883	5.883	8.108	8.108
Dividendos a pagar	7.814	7.814	7.814	7.814
Partes relacionadas	26.389	26.389	-	-
Total do passivo circulante	407.701	407.701	403.291	403.291
Non Circulante				
Contas a pagar	20.874	20.874	20.874	20.874
Empréstimos e financiamentos	174.750	174.750	174.750	174.750
Provisão para passivo a descoberto	11.983	11.983	-	-
Obrigações para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	30.045	30.045	31.058	31.058
Parcelamento de tributos	6.121	6.121	12.372	12.372
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(d)	(d)	(d)	(d)
Total do passivo não circulante	279.183	9.433	288.614	9.433
Patrimônio Líquido				
Capital social	285.446	285.446	285.446	285.446
Reserva especial de ágio	49.954			

de acordo com as regras estabelecidas no Instrumento supracitado, sendo a cessão irrevogável e irretroativa. Essas operações foram efetuadas até janeiro de 2014. Em março de 2014, a Auratus cedeu para a Companhia Bauer RJ - Atividades Agropecuárias e Participações ("Bauer") a totalidade dos Direitos Creditórios de sua titularidade, referentes ao Contrato. Ainda, a Auratus cedeu a sua posição contratual no Contrato, mediante a celebração do Primeiro Aditamento ao Contrato, celebrado entre a Inbrands, Auratus e Bauer. Em 31 de dezembro de 2014, foram liquidadas e extintas todas as operações de cessões de direitos creditórios realizadas entre a Bauer e a Auratus. O prazo médio de recebimento na venda de produtos no atacado ("títulos e faturas a receber") é de 95 dias (66 dias em 31 de dezembro de 2013) e no varejo ("cartões de crédito e cheques a receber") é de 20 dias (23 dias em 31 de dezembro de 2013). A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e na probabilidade de recebimento e considerou satisfatória para cobertura de eventuais perdas. A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período de relatório é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento dos títulos e das faturas a receber conforme demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/14	31/12/13	01/01/13	31/12/14	31/12/13	01/01/13
A vencer:						
Superior a 360 dias	985	-	82	985	-	82
De 181 a 360 dias	741	11	239	913	11	239
De 91 a 180 dias	6.412	5.032	2.820	6.645	5.032	2.820
De 61 a 90 dias	13.294	9.155	4.529	13.294	9.155	4.529
De 31 a 60 dias	24.968	22.357	12.369	24.870	22.358	12.378
Até 30 dias	36.661	23.850	22.265	36.723	25.489	22.265
Total a Vencer	83.061	60.405	42.304	83.420	62,025	42.313
Vencidos:						
Até 30 dias	10.244	5.055	17.933	12.454	5.101	18.361
De 31 a 60 dias	4.181	4.499	2.834	4.198	4.850	3.601
De 61 a 90 dias	4.169	1.948	2.440	4.186	1.949	3.356
De 91 a 180 dias	4.455	5.703	4.648	4.451	5.789	5.626
De 181 a 360 dias	6.342	7.579	3.706	6.373	7.733	4.096
Há mais de 360 dias	17.345	10.540	850	17.474	11.759	1.782
Total Vencidos	46.736	35.324	32.211	49.142	37.181	36.805
Total	129.797	95.729	74.515	132.572	99.206	79.118

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/14	31/12/13	01/01/13	31/12/14	31/12/13	01/01/13
Saldo no início do período	3.001	2.614	7.507	4.342	3.016	7.760
Incorporação das controladas	(8.693)	(3.989)	(9.987)	(9.987)	(5.318)	-
Provisão (reversão) no período	(8.755)	(4.680)	(7.685)	(4.485)	(4.689)	-
Saldo no fim do exercício	(17.448)	(6.053)	(17.672)	(17.672)	(6.987)	-

8. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/14	31/12/13	01/01/2013	31/12/14	31/12/13	01/01/13
Produtos acabados e mercadorias para revenda	142.487	129.704	93.331	128.821	126.956	89.963
Produtos em elaboração	340	376	530	340	376	530
Matéria-prima	6.458	7.853	4.396	23.253	25.481	20.164
Importação em andamento	33.571	40.829	21.213	34.070	41.313	22.239
Estoque em poder de terceiros	11.966	10.932	10.209	28.265	18.815	11.361
Provisão para giro lento e obsolescência	(106)	(326)	(3.315)	(106)	(326)	(4.972)
Total	194.716	189.368	126.364	214.643	212.615	139.285

O lucro não realizado decorrente das operações de compra de produtos acabados da controlada Inbrands Indústria é eliminado no momento da consolidação. Em 31 de dezembro de 2014, o valor do lucro não realizado nos estoques da Companhia, líquido dos impostos, era de R\$14.789 (R\$3.631 em 31 de dezembro de 2013) (nota 12).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/14	31/12/13	01/01/2013	31/12/14	31/12/13	01/01/13
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.001	2.614	7.507	4.342	3.016	7.760
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRRPJ	2.357	2.424	2.452	2.891	2.487	2.853
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	636	651	642	3.979	4.106	3.760
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	23.226	27.612	12.736	28.337	29.739	12.887
Programa de Integração Social - PIS	242	261	212	324	440	226
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	623	662	938	999	1.495	1.005
Outros	1.708	1.585	287	1.779	1.636	350
Total	31.793	35.809	24.788	43.251	42.909	28.841
Ativo circulante	26.962	29.955	24.788	38.420	37.055	28.841
Ativo não circulante	4.831	5.854	-	4.831	5.854	-
Total	31.793	35.809	24.788	43.251	42.909	28.841

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/14	31/12/13	01/01/2013	31/12/14	31/12/13	01/01/13
Reapresentado	31/12/14	31/12/13	01/01/13	31/12/14	31/12/13	01/01/13
Reapresentado	31/12/14	31/12/13	01/01/13	31/12/14	31/12/13	01/01/13
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	-	2.726	5.240	-	2.726	5.240
Benefício fiscal - ágio (i)	-	-	3.744	-	-	3.744
Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	(5.661)	-	-	(5.441)
Marcas	(63.416)	(63.416)	(63.505)	(63.416)	(63.416)	(63.416)
Pontos comerciais	(461)	(547)	(624)	(547)	(624)	(624)
Contas a receber de ex-acionistas	(4.646)	(3.053)	(4.646)	(4.646)	(3.053)	(4.646)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	32.125	19.194	8.692	32.125	19.194	8.692
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de sociedade (ii)	(5.806)	253	5.864	(15.971)	(9.750)	(2.070)
Total	(42.204)	(44.843)	(50.597)	(52.369)	(54.803)	(58.531)
Ativo não circulante	42.204	44.843	50.597	52.369	54.803	58.531
Passivo não circulante	(42.204)	(44.843)	(50.597)	(52.369)	(54.803)	(58.531)

(i) Em 2013, a Companhia iniciou a amortização fiscal dos créditos tributários decorrentes de ágio das empresas adquiridas CDM, Mandi Holding, ITW, VR Holding, e o respectivo efeito do imposto de renda e da contribuição social, a qual ocorrerá em 60 meses. De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia e das controladas, no limite do valor realizável com base nas projeções aprovadas pelo Conselho de Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja estimativa de realização está assim composta:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/14	31/12/13	01/01/2013	31/12/14	31/12/13	01/01/13
Reapresentado	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td></td>	31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td>	01/01/13	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td>	31/12/13 <td>01/01/13</td>	01/01/13
Reapresentado	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td></td>	31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td>	01/01/13	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td>	31/12/13 <td>01/01/13</td>	01/01/13
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	-	2.726	5.240	-	2.726	5.240
Benefício fiscal - ágio (i)	-	-	3.744	-	-	3.744
Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	(5.661)	-	-	(5.441)
Marcas	(63.416)	(63.416)	(63.505)	(63.416)	(63.416)	(63.416)
Pontos comerciais	(461)	(547)	(624)	(547)	(624)	(624)
Contas a receber de ex-acionistas	(4.646)	(3.053)	(4.646)	(4.646)	(3.053)	(4.646)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	32.125	19.194	8.692	32.125	19.194	8.692
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de sociedade (ii)	(5.806)	253	5.864	(15.971)	(9.750)	(2.070)
Total	(42.204)	(44.843)	(50.597)	(52.369)	(54.803)	(58.531)
Ativo não circulante	42.204	44.843	50.597	52.369	54.803	58.531
Passivo não circulante	(42.204)	(44.843)	(50.597)	(52.369)	(54.803)	(58.531)

(ii) Em 2013, a Companhia iniciou a amortização fiscal dos créditos tributários decorrentes de ágio das empresas adquiridas CDM, Mandi Holding, ITW, VR Holding, e o respectivo efeito do imposto de renda e da contribuição social, a qual ocorrerá em 60 meses. De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia e das controladas, no limite do valor realizável com base nas projeções aprovadas pelo Conselho de Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja estimativa de realização está assim composta:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/14	31/12/13	01/01/2013	31/12/14	31/12/13	01/01/13
Reapresentado	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td></td>	31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td>	01/01/13	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td>	31/12/13 <td>01/01/13</td>	01/01/13
Reapresentado	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td></td>	31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td>	01/01/13	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td>	31/12/13 <td>01/01/13</td>	01/01/13
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	-	2.726	5.240	-	2.726	5.240
Benefício fiscal - ágio (i)	-	-	3.744	-	-	3.744
Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	(5.661)	-	-	(5.441)
Marcas	(63.416)	(63.416)	(63.505)	(63.416)	(63.416)	(63.416)
Pontos comerciais	(461)	(547)	(624)	(547)	(624)	(624)
Contas a receber de ex-acionistas	(4.646)	(3.053)	(4.646)	(4.646)	(3.053)	(4.646)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	32.125	19.194	8.692	32.125	19.194	8.692
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de sociedade (ii)	(5.806)	253	5.864	(15.971)	(9.750)	(2.070)
Total	(42.204)	(44.843)	(50.597)	(52.369)	(54.803)	(58.531)
Ativo não circulante	42.204	44.843	50.597	52.369	54.803	58.531
Passivo não circulante	(42.204)	(44.843)	(50.597)	(52.369)	(54.803)	(58.531)

(iii) Em 2013, a Companhia iniciou a amortização fiscal dos créditos tributários decorrentes de ágio das empresas adquiridas CDM, Mandi Holding, ITW, VR Holding, e o respectivo efeito do imposto de renda e da contribuição social, a qual ocorrerá em 60 meses. De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia e das controladas, no limite do valor realizável com base nas projeções aprovadas pelo Conselho de Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja estimativa de realização está assim composta:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/14	31/12/13	01/01/2013	31/12/14	31/12/13	01/01/13
Reapresentado	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td></td>	31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td>	01/01/13	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td>	31/12/13 <td>01/01/13</td>	01/01/13
Reapresentado	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td></td>	31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td>	01/01/13	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td>	31/12/13 <td>01/01/13</td>	01/01/13
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	-	2.726	5.240	-	2.726	5.240
Benefício fiscal - ágio (i)	-	-	3.744	-	-	3.744
Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	(5.661)	-	-	(5.441)
Marcas	(63.416)	(63.416)	(63.505)	(63.416)	(63.416)	(63.416)
Pontos comerciais	(461)	(547)	(624)	(547)	(624)	(624)
Contas a receber de ex-acionistas	(4.646)	(3.053)	(4.646)	(4.646)	(3.053)	(4.646)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	32.125	19.194	8.692	32.125	19.194	8.692
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de sociedade (ii)	(5.806)	253	5.864	(15.971)	(9.750)	(2.070)
Total	(42.204)	(44.843)	(50.597)	(52.369)	(54.803)	(58.531)
Ativo não circulante	42.204	44.843	50.597	52.369	54.803	58.531
Passivo não circulante	(42.204)	(44.843)	(50.597)	(52.369)	(54.803)	(58.531)

(iv) Em 2013, a Companhia iniciou a amortização fiscal dos créditos tributários decorrentes de ágio das empresas adquiridas CDM, Mandi Holding, ITW, VR Holding, e o respectivo efeito do imposto de renda e da contribuição social, a qual ocorrerá em 60 meses. De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia e das controladas, no limite do valor realizável com base nas projeções aprovadas pelo Conselho de Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja estimativa de realização está assim composta:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/14	31/12/13	01/01/2013	31/12/14	31/12/13	01/01/13
Reapresentado	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td></td>	31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td>	01/01/13	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td>	31/12/13 <td>01/01/13</td>	01/01/13
Reapresentado	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td></td>	31/12/13 <td>01/01/13</td> <td>31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td></td>	01/01/13	31/12/14 <td>31/12/13 <td>01/01/13</td> </td>	31/12/13 <td>01/01/13</td>	01/01/13
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	-	2.726	5.240	-	2.726	5.240
Benefício fiscal - ágio (i)	-	-	3.744	-	-	3.744
Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	(5.661)	-	-	(5.441)
Marcas	(63.416)	(63.416)	(63.505)	(63.416)	(63.416)	(63.416)
Pontos comerciais	(461)	(547)	(624)	(547)	(624)	(624)
Contas a receber de ex-acionistas	(4.646)	(3.053)	(4.646)	(4.646)	(3.053)	(4.646)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	32.125	19.194	8.692	32.125	19.194	8.692
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de sociedade (ii)	(5.806)	253	5.864	(15.971)	(9.750)	(2.070)
Total	(42.204)	(44.843)	(50.597)	(52.369)	(54.803)	(58.531)
Ativo não circulante	42.204	44.843	50.597	52.369	54.803	58.531
Passivo não circulante	(42.204)	(44.843)	(50.597)	(52.369)	(54.803)	(58.531)

(v) Em 2013, a Companhia iniciou a amortização fiscal dos créditos tributários decorrentes de ágio das empresas adquiridas CDM, Mandi Holding, ITW, VR Holding, e

